CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CNPJ Nº 08.629.553/0001-10
NIRE Nº 42 3 0003641-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - 5º andar - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Mundaú S.A. ("Mundaú" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. Perfil Institucional

A Mundaú tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração do Parque Eólico Mundaú, situado no município de Trairi, estado do Ceará.

O parque eólico, em operação comercial desde abril de 2014, tem capacidade instalada de 30 MW[1], composto por 13 torres e aerogeradores de 2,3 MW cada, e capacidade comercial de 15,2 MW médios, totalmente contratados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Mundaú pertence à Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN), *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE).

3. Desempenho Operacional

Em 2017, a geração total bruta da Mundaú alcançou 100,6 GWh, 5,5% inferior aos 106,1 GWh gerados em 2016. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu 96,4% no ano de 2017 (96,3% em 2016). Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2017 foi de 96,0% (95,3% em 2016).

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores	2017	2016	Variação (%)
Receita líquida de vendas	27.587	25.955	6,3
Lucro bruto	14.721	13.328	10,5
Margem bruta	53,4%	51,4%	2,0 p.p.
EBITDA (LAJIDA)[2]	20.294	19.065	6,4
Margem EBITDA (LAJIDA)[3]	73,6%	73,5%	0,1 p.p.
Resultado financeiro	(4.883)	(5.163)	(5,4)
Lucro líquido	8.209	6.459	27,1
Margem líquida	29,8%	24,9%	4,9 p.p.

[2]EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

[3]Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA / receita líquida de vendas.

b) Comentário sobre as principais variações

EBITDA: O crescimento no EBITDA decorreu, essencialmente, do reajuste do preço de venda de energia.

Lucro Líquido: Além do efeito do EBITDA, também contribuiu para o crescimento do lucro líquido a redução de despesas financeiras relacionadas aos juros sobre o financiamento.

5. Agradecimentos

A Administração da Mundaú agradece a todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia no ano de 2017.

A Administração

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.954	1.742
Contas a receber de clientes	5	2.386	2.245
Outros ativos circulantes		223	238
		9.563	**4.225**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	13.419	18.257
Partes relacionadas	15	-	5.914
Depósitos judiciais		95	88
		13.514	**24.259**
Imobilizado	7	**105.901**	**111.401**
Intangível		**791**	**786**
		120.206	**136.446**
TOTAL		**129.769**	**140.671**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017	31.12. 2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	720	774
Financiamento	9	6.035	5.992
Dividendos	10	780	6.385
Outros passivos circulantes		354	428
		7.889	**13.579**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	9	61.303	66.377
Partes relacionadas	15	-	2.057
Provisões cíveis		177	165
		61.480	**68.599**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Capital social		52.128	52.128
Reserva de lucros		1.253	843
Dividendos adicionais propostos		7.019	5.522
		60.400	**58.493**
TOTAL		**129.769**	**140.671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2017	31.12. 2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	11	**27.587**	**25.955**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Pessoal		(243)	(209)
Materiais		(76)	(72)
Serviços de terceiros		(5.086)	(4.651)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(855)	(867)
Taxa de fiscalização		(77)	(77)
Depreciação	7	(5.770)	(5.897)
Aluguéis		(457)	(443)
Seguros		(231)	(233)
Outros		(71)	(178)
		(12.866)	**(12.627)**
LUCRO BRUTO		**14.721**	**13.328**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		**(197)**	**(144)**
Outras despesas operacionais		**-**	**(16)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**14.524**	**13.168**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Rendas de aplicações financeiras		222	206
Rendas de depósitos vinculados e judiciais		1.517	1.895
Juros sobre financiamento	9	(6.533)	(7.259)
Outras despesas financeiras, líquidas		(89)	(5)
		(4.883)	**(5.163)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**9.641**	**8.005**
Imposto de renda	12	(964)	(1.057)
Contribuição social	12	(468)	(489)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**8.209**	**6.459**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**8.209**	**6.459**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**8.209**	**6.459**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2015	**52.128**	**520**	**5.194**	**-**	**57.842**
Dividendos aprovados em AGO	-	-	(5.194)	-	(5.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.459	6.459
Destinações proposta à AGO:					
- Reserva legal	-	323	-	(323)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(614)	(614)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	5.522	(5.522)	-
SALDOS EM 31.12.2016	**52.128**	**843**	**5.522**	**-**	**58.493**
Dividendos aprovados em AGO	-	-	(5.522)	-	(5.522)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.209	8.209
Destinações proposta à AGO:					
- Reserva legal	-	410	-	(410)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(780)	(780)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	7.019	(7.019)	-
SALDOS EM 31.12.2017	**52.128**	**1.253**	**7.019**	**-**	**60.400**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

CNPJ n.º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12. 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**9.641**	**8.005**
Ajustes para conciliar o lucro:		
Depreciação	5.770	5.897
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(1.517)	(1.895)
Juros sobre financiamento	6.533	7.259
Outros	12	18
Lucro ajustado	**20.439**	**19.284**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(141)	(217)
Outros ativos circulantes	15	561
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	31	(51)
Outros passivos circulantes	(311)	(401)
Caixa gerado pelas operações	**20.033**	**19.176**
Pagamento de juros sobre financiamento	(5.789)	(6.203)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.195)	(755)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**13.049**	**12.218**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(355)	(609)
Aplicação no intangível	(5)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(360)**	**(609)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(5.775)	(5.700)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6348	(5.768)
Créditos com partes relacionadas	3.857	-
Pagamento de dividendos	(11.907)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(7.477))**	**(11.398)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**5.212**	**211**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	1.742	1.531
Saldo final	6.954	1.742
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**5.212**	**211**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	177	262
Compensação de imposto de renda e contribuição social	323	791
Partes relacionadas - Ampliação da subestação do Consórcio Trairí	-	2.057
Partes relacionadas - Alienação de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa Trairí	-	5.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n. º 08.629.553/0001-10 | NIRE 42 3 0003641-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Mundaú S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 27.11.2006, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

A Mundaú é parte dos consórcios Trairí e Faísa-Trairí, com participações de 14,11% e 7,06%, respectivamente. O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com o pessoal diretamente dedicado às atividades da Usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), utilizando o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.04.2018.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados e judiciais

Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

a.4) Financiamento

É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

e) Contratos de arrendamento

São considerados como operacional, sendo os valores contratados reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

h) Novas normas, alterações e interpretação

h1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017

As normas contábeis novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período: (i) Alterações ao CPC 03 (IAS 7): Iniciativa de divulgação; (ii) Alterações ao CPC 32 (IAS 12): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e (iii) Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

h.2) Novas normas, alterações e interpretações

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, as seguintes normas tornar-se-ão efetivas:

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações contábeis com a adoção dos novos pronunciamentos, exceto quanto ao CPC 06 a seguir comentado.

O impacto real da aplicação do CPC 06 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data e da avaliação se irá exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. Devido às diferentes alternativas disponíveis e à complexidade das estimativas, a Companhia ainda não concluiu a sua avaliação, motivo pelo qual não apresentou nessas demonstrações contábeis uma estimativa do impacto da aplicação inicial da revisão do CPC 06.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	28	44
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.926	1.698
	6.954	**1.742**

As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores vincendos a receber da ENGIE Brasil Comercializadora Ltda. (EBC). A totalidade da energia gerada é vendida para a EBC que, por sua vez, comercializa esta energia no ACL, em contratos de médio e longo prazo. Os valores faturados mensalmente são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento.

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida e os serviços relacionados à Operação e Manutenção (O&M).

NOTA 7 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2017			31.12. 2016
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,3	2.471	(312)	2.159	2.188
Máquinas e equipamentos	4,5	125.159	(21.656)	103.503	107.100
		127.630	**(21.968)**	**105.662**	**109.288**
Em curso		**239**	**-**	**239**	**2.113**
		127.869	**(21.968)**	**105.901**	**111.401**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2015	**2.311**	**118.224**	**152**	**120.687**
Ingressos	-	-	103	103
Transferências	52	136	(188)	-
Ampliação da subestação do consórcio Trairí	-	-	2.057	2.057
Alienação de ativos do consórcio Trairí	(91)	(3.721)	(11)	(3.823)
Alienação de ativos do consórcio Faísa-Trairí	-	(1.708)	-	(1.708)
Baixas	-	(18)	-	(18)
Depreciação	(84)	(5.813)	-	(5.897)
Saldos em 31.12.2016	**2.188**	**107.100**	**2.113**	**111.401**
Ingressos	-	-	270	270
Transferências	53	2.091	(2.144)	-
Depreciação	(82)	(5.688)	-	(5.770)
Saldos em 31.12.2017	**2.159**	**103.503**	**239**	**105.901**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Mundaú pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 20.09.2011.

NOTA 8 – FORNECEDORES

	31.12.2017	31.12.2016
Encargos de uso da rede elétrica	69	73
Materiais e serviços	474	439
Fornecedores de imobilizado	177	262
	720	**774**

NOTA 9 – FINANCIAMENTO

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2015	**5.929**	**71.084**	**77.013**
Juros registrados no resultado	6.276	983	7.259
Transferências	5.690	(5.690)	-
Amortização de principal	(5.700)	-	(5.700)
Pagamento de juros	(6.203)	-	(6.203)
Saldo em 31.12.2016	**5.992**	**66.377**	**72.369**
Juros registrados no resultado	5.844	689	6.533
Transferências	5.763	(5.763)	-
Amortização de principal	(5.775)	-	(5.775)
Pagamento de juros	(5.789)	-	(5.789)
Saldo em 31.12.2017	**6.035**	**61.303**	**67.338**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2019	5.792
2020	5.792
2021	5.792
2022	5.792
2023	5.792
2024 a 2029	32.343
	61.303

c) Condições Contratadas

Juros:	TJLP + 2,51% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2029.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

e) Compromisso contratual (*covenant*)

O *covenant* (Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3) está sendo integralmente atingido pela Companhia.

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2017 e 31.12.2016 é de R$ 52.128, representado por 52.127.591 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 52.127.590 pertencem à controladora EEN e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A EEN é controlada pela ECP que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

c) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 7.019.

NOTA 11 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2017	31.12. 2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	28.632	26.938
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.045)	(983)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**27.587**	**25.955**

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2017		31.12.2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	28.632	28.632	26.938	26.938
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**2.291**	**3.436**	**2.155**	**3.233**
Receita financeira	1.760	1.760	2.170	2.170
Base de cálculo	**4.051**	**5.196**	**4.325**	**5.403**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**1.013**	**468**	**1.081**	**486**
Ajuste de exercícios anteriores	(25)	-		3
Redução de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	**964**	**468**	**1.057**	**489**

NOTA 13 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação das Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) aplicadas ao seu financiamento, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente, com base nas projeções de caixa, e monitorado mensalmente.

NOTA 14 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de arrendamento

A Companhia mantém contrato de arrendamento da área onde está sendo construído o parque eólico, com vigência até dezembro de 2032, com possibilidade de renovação de acordo com a vontade das partes envolvidas. O contrato previa um valor fixo até o início da operação e um percentual sobre a receita durante a operação.

b) Contrato de operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa Siemens Ltda. No ano de 2016, a Companhia assinou um aditivo ao contrato contemplando a extensão de garantia e manutenção corretiva, vigente até março de 2019. Os valores contratados são atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

c) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Mundaú mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia possui 15,2 MW médios de energia contratados com a EBC, empresa controlada pela ENGIE Brasil Energia, pelo prazo de 20 anos.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 126 (base 2018).

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2017, da Central Eólica Mundaú S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC-023609/O-7

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
Salas 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-
5155www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Mundaú S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Mundaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Mundaú S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os valores relativos às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 13 de abril de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 24 de abril de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.